

# A pesquisa

O DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, antevendo a importância da revisão constitucional para todos os trabalhadores e cidadãos, iniciou em janeiro de 1992 um projeto de pesquisa com o objetivo de entrevistar os parlamentares e antecipar para a sociedade em geral, e para as lideranças sindicais e populares em particular, a tendência do Congresso Nacional em relação aos diversos temas que serão debatidos e deliberados por ocasião da Reforma de nossa Constituição, prevista para outubro de 1993.

O projeto de pesquisa, cuja dimensão e complexidade eram previsíveis, seja pelo universo a ser ouvido – todos os deputados e senadores – seja pela importância dos temas da revisão constitucional, exigiu da coordenação extremo cuidado na escolha da metodologia a ser utilizada.

Optou-se, então, como primeira etapa do trabalho, pelo mapeamento dos temas centrais que serão objeto de discussão e reformulação no texto constitucional. Para isto, foi elaborado um questionário piloto que, além dos dados biográficos, continha 55 questões abertas abrangendo todos os títulos da Constituição.

Para responder esse questionário, o DIAP escolheu 12 parlamentares, a seu juízo, líderes de opinião no Congresso Nacional. Para chegar a esses nomes, o DIAP considerou a capacidade de formulação, articulação, negociação, posicionamentos políticos e ideológicos, distribuição geográfica e conhecimentos dos temas constitucionais.

Observando estes critérios, chegamos aos seguintes nomes:

- senador Josaphat Marinho (PFL/BA),
- deputado Roberto Campos (PPR/RJ),
- deputado José Genoíno (PT/SP),
- deputado Álvaro Valle (PL/RJ),
- deputado Roberto Freire (PPS/PE),
- deputado José Maria Eymael (PDC/SP),
- deputado José Carlos Sabóia (PSB/MA),
- deputado Haroldo Lima (PCdoB/BA),
- senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP),
- senador Albano Franco (PRN/SE),
- deputado José Serra (PSDB/SP),
- deputado Nelson Jobim (PMDB/RS).

Os quatro últimos, por motivos alheios à nossa vontade, deixaram de responder o questionário à época. Não há dúvidas que muitos parlamentares, entre eles Waldir Pires, Luiz Roberto Ponte, Aloízio Mercadante, Roberto Magalhães, Luiz Eduardo, Mário Covas e Pedro

Simon, preenchem esses requisitos fixados pelo DIAP, mas devido ao nosso cronograma tivemos que nos ater a um número limitado em cada partido.

Após a aplicação, tabulação e análise dos resultados do questionário-piloto, feitos durante o primeiro semestre de 1992, foi elaborado o questionário definitivo, com múltipla escolha, a partir das respostas e fundamentações dos formadores de opinião.

A segunda etapa do projeto de pesquisa iniciou-se em junho de 1992 com a aplicação do questionário definitivo.

O questionário final, com 52 perguntas, cuja aplicação demorou em média uma hora, foi submetido a todos os demais parlamentares.

As dificuldades conjunturais nessa fase foram muitas, desde o processo de impeachment do ex-presidente Collor até as campanhas para as eleições municipais, acontecimentos que absorveram profundamente os parlamentares. Neste período, entre junho e novembro de 1992, a pesquisa ficou praticamente parada, fato que nos levou a estender o prazo de coleta até fevereiro de 1993, quando encerramos esta etapa.

A terceira etapa do projeto revisão constitucional compreende a tabulação e análise dos dados, bem como a elaboração da publicação.

Cabe ressaltar neste ponto, que para a análise global da pesquisa, foram considerados os 418 parlamentares que responderam até fevereiro de 1993, sendo que 18 parlamentares que haviam respondido o questionário foram excluídos por terem assumido cargos municipais e conseqüentemente renunciado a seus mandatos.

Estão, portanto, criteriosamente editadas 620 grades com todos os parlamentares entre os que responderam e os que se recusaram a fazê-lo, inclusive aqueles que mudaram sua situação funcional da época da pesquisa até hoje, exceto os 18 mencionados acima.

Finalmente, cabe registrar que a principal preocupação da equipe do DIAP ao elaborar esta publicação foi com a simplicidade e fidelidade às respostas, o que para nós representa o máximo da sofisticação. Para cumprir essas diretrizes, o livro foi concebido com duas partes.

A primeira trata de dizer quem respondeu a pesquisa, seu perfil político, biográfico e ideológico, e a tendência global desse universo pesquisado em relação aos temas incluídos no questionário.

A segunda parte cuida das respostas individuais dos parlamentares, graficamente agrupadas em uma grade de respostas, acompanhada de breve perfil e foto de cada parlamentar.

A idéia original era entrevistar todos os parlamentares, mas alguns não quiseram colaborar, sob alegações diversas. Apesar das cinco correspondências que enviamos (ver página 57) e das dezenas de visitas de nossos pesquisadores, 25% dos parlamentares não responderam. De qualquer modo, o DIAP publica um

breve perfil e foto desses parlamentares, acompanhado da grade de resposta com um carimbo com a expressão "**não respondeu**".

A Coordenação